

# **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS\***

**Anderson Luiz Machado dos Santos**

Professor Temporário de Ensino de Geografia da Universidade Federal do Pampa  
Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Território  
e-mail: andersonlm.santos@gmail.com

**Cesar De David**

Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria - Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Território  
e-mail: cdedavid2009@gmail.com

## **Resumo**

A luta pela terra constitui um dos processos intrínsecos às contradições vigentes na questão agrária brasileira, frente às desigualdades oriundas do desenvolvimento capitalista. Desta forma, o presente trabalho objetiva revelar como esta luta configura-se como um agente capaz de realizar transformações espaciais através das disputas territoriais, sobretudo, mediante o protagonismo de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para tal, se estabelece, como recorte espaço-temporal, o processo de formação, no período de 2003 a 2009 do assentamento Conquista do Caiboaté no município de São Gabriel, localizado no Rio Grande do Sul. Adotam-se, como premissas teórico-metodológicas, a visão científica e filosófica de que tudo está em movimento, em unidade e contradição, em processo de transformação e, com a utilização de procedimentos distintos e complementares, busca-se apreender alguns elementos que compõem a essência das múltiplas dimensões existentes no processo de reconstrução dos territórios rurais a partir da luta pela terra, cujas expressões fazem-se presentes, sobretudo, através da reterritorialização dos agentes sociais, processo que tem proporcionado a reconstrução econômico-social, político-ideológica e simbólico-cultural do território em questão.

**Palavras-chave:** espaço, território, questão agrária, luta pela terra.

## **Resumen**

### **Lucha por la tierra y las disputas territoriales en la región de la campaña gaúcha: el proceso de formación de lo asentamiento Conquista do Caiboaté en São Gabriel – RS**

La lucha por la tierra es uno de los procesos intrínsecos a las contradicciones existentes en la cuestión agraria, frente a las desigualdades que surgen del desarrollo capitalista. Por lo tanto, el presente estudio pretende mostrar cómo esta lucha se configura como un agente capaz de realizar transformaciones espaciales a través de las disputas territoriales, especialmente a través del papel de los movimientos sociales como el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Con este fin, se prevé, como recorte espacio-tiempo, el proceso de formación, en el período 2003 a 2009, el asentamiento Conquista de

---

\* Artigo referente à pesquisa de Conclusão de Curso de licenciatura em Geografia, defendido em janeiro de 2010 na Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação do Professor Doutor Cesar De David.

Caiboaté en el municipio de São Gabriel, ubicada en Río Grande do Sul. Se adoptan como supuestos teóricos y metodológicos, la vista científico y filosófico de que todo se está moviendo en la unidad y contradicción en el proceso de transformación, así como con el uso de procedimientos complementarios y distintos, trata de comprender algunos de los elementos que componen la esencia de las múltiples dimensiones que existen en el proceso de reconstrucción de las zonas rurales de la lucha por la tierra, cuyas expresiones se hacen presentes, principalmente a través de la reterritorialización de los agentes sociales, un proceso que ha facilitado la reconstrucción económica y social, política e ideológica simbólico-cultural territorio.

**Palabras-clave:** espacio, territorio, cuestión agraria, lucha por la tierra.

### Abstract

#### **Struggle for land and territorial disputes in the region of the campanha gaúcha: the process of formation of the settlement Conquista do Caiboaté in São Gabriel – RS**

The struggle for land is one of the processes inherent to the contradictions existing in the Brazilian agrarian matter, front of the inequalities arising from the capitalist development. Thus, this study aims to reveal how this struggle it is configured as an agent that can perform spatial transformations through of the territorial disputes, especially through the leadership of social movements like the Movement of Landless Workers (MST). It has therefore established as space – time the formation process of the settlement Conquista do Caiboaté in the municipality of São Gabriel, located in Rio Grande do Sul, in the period of 2003 to 2009. Adopts as theoretic-methodological assumptions the scientific and philosophical vision of all is in motion, in unity and contradiction, in transformation process, and with the use of distinct and additional procedures attempts to learn some elements that make up the essence of the multiple dimensions that exist in the process of reconstruction of rural areas from the struggle for land. Whose expressions are present mainly through repossession of the social agents, a process that has provided the economic-social, politic-ideological and symbolic-cultural reconstruction of the territory.

**Keywords:** space, territory, agrarian matter, struggle for land.

### Introdução

A formação espacial brasileira tem como marca de sua gênese e desenvolvimento a produção de inúmeras desigualdades econômico-sociais, políticas e culturais. Neste contexto, um dos pontos nevrálgicos, que estruturam essas desigualdades, reside na questão agrária caracterizada pela produção de uma estrutura agrária injusta no país, cujas origens remetem ao processo colonial e que sobrevive e se reconfigura frente aos estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista.

Entretanto, como produto dessa estrutura agrária, erigiu-se a resistência histórica dos povos, das classes sociais exploradas. Processo que também integra a emblemática questão agrária brasileira. A partir do último quartel do século XX, esta luta culminou na formação de novas organizações sociais que passaram a protagonizar um novo período na luta contra as injustiças constituídas no interior da formação espacial brasileira. A estas formas de resistência, a teoria social atribui a denominação de luta pela terra e às novas formas de organização das ações coletivas protagonizadas pelas classes e grupos sociais, a categoria movimentos sociais, dentre os quais se encontra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Não obstante, a luta pela terra deve ser encarada como questão inerente ao movimento e às contradições vigentes na sociedade brasileira, que tem o espaço geográfico como meio, condição e processo para sua manifestação. O que pressupõe a concepção de que o espaço geográfico não é um dado *a priori*, mas o *locus* da reprodução da vida em sociedade, que reproduz suas contradições fundamentais (LEFEBVRE, 1973). Portanto, ao se desenvolver, essa luta também se tornou capaz de produzir múltiplas transformações na formação espacial em questão.

Ao tomar esses elementos como premissa, o presente trabalho objetiva desvelar como a espacialização da luta pela terra constitui-se em um instrumento de reconstrução dos territórios rurais, que impacta as diversas dimensões da produção do espaço e da organização da vida em sociedade, processo marcante na formação dos assentamentos rurais, originários da luta do MST. Para tal, adotou-se, como recorte espaço-temporal, a formação do assentamento Conquista do Caiboaté, localizado no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, onde a questão agrária corresponde a uma das contradições fundamentais de sua formação espacial, em que a luta do MST, no período de 2003 a 2009, conseguiu gerar uma crise de hegemonia do domínio latifundista e conquistar novos territórios para o avanço da reforma agrária na formação espacial brasileira.

Como horizonte teórico-metodológico, buscou-se trabalhar sob as premissas de que tudo está em movimento, em unidade e em contradição, em processo de transformação, com vistas a desvelar a instabilidade do real vivido no contexto da luta pela terra. Assim, os instrumentos metodológicos, que compõem esta pesquisa, procuram articular a reflexão teórica à leitura do fato empírico, mediante a discussão acerca da questão agrária brasileira nos marcos do desenvolvimento capitalista e a sua manifestação na formação espacial de São Gabriel, através do levantamento de dados em fontes secundárias e saídas de campo. Considerando-se que as saídas de campo abrangem a observação espacial e a apreensão da visão de mundo dos agentes sociais, que são objeto da pesquisa, recorreu-se à metodologia da história oral, através de relatos de histórias de vida de membros do MST, bem como da participação em espaços de socialização política do MST de São Gabriel, como o Encontro Regional do Movimento realizado em dezembro de 2009. Estes procedimentos visam à compreensão do processo de disputa territorial em curso na região da Campanha Gaúcha, frente à formação do assentamento Conquista do Caiboaté.

## **Considerações sobre a transição capitalista e a manutenção da questão agrária brasileira**

O projeto colonial lusitano caracterizou-se pelo espólio do território brasileiro sob diferentes formas ao longo de distintos períodos históricos. Este trabalho não ousa resgatar este processo em sua totalidade, limita-se a enfatizar que, através do mesmo, inicialmente mediante o regime das capitanias hereditárias, *a posteriori*, com a doação de sesmarias e a fundação do latifúndio escravista, criaram-se as bases da questão agrária brasileira, cuja “gênese é a desigual apropriação da terra” (SUZUKI, 2006, p. 221) e o aspecto elementar, conforme a visão de Graziano da Silva (1990), reside no fato da propriedade fundiária constituir-se no elemento fundamental que separa os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira. Tal concepção implica inúmeras consequências econômico-sociais e políticas para as diferentes classes e grupos sociais que atuam em torno da questão.

A tendência ao monopólio da propriedade de terras, dentre suas decorrências, viabilizou a formação de uma classe latifundiária, que detém “uma força maior do que o poderio econômico, uma outra espécie de poder que freqüentemente supera e sobrevive àquele - o poder extra-econômico” (GUIMARÃES, 1981, p. 35).

O impacto desta dominação política na formação social e espacial brasileira, além da exploração do trabalho escravo, resultou em um processo em que:

[...] a maioria da população perdeu a liberdade, na forma mais ampla possível, tornando-se objeto, mercadoria, e onde a concentração fundiária,

lavada a extremo, impedia que pobres livres tivessem acesso à terra para cultivá-la, mesmo visando à produção dos próprios alimentos. (ANDRADE, 1987, p. 7).

Esta estrutura agrária arcaica ainda “mantém uma parte considerável da população – refletindo-se daí, mais ou menos acentuadamente, no conjunto da nação - em miseráveis condições de vida, materiais, culturais, e sócio-humanas em suma”. (PRADO JR, 1981, p. 13). Assim, ao contrário do que se realizou nos países centrais do capitalismo, a transição capitalista, no espaço rural brasileiro, manteve os traços elementares da questão agrária, uma vez que o processo de desigualdade continuou no cerne da transição capitalista que começa a ser gestada no Brasil frente a proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra e que apresenta um de seus marcos pós-1850 através da lei de terras. Lei que, de acordo com Stédile (2005), proporcionou o fundamento jurídico à transformação da terra em mercadoria, em objeto de negócio, normatizando, dessa forma, a propriedade privada da terra e o modelo da grande propriedade.

Porém, este é apenas um dos aspectos da transição capitalista, visto que o capitalismo é, aqui, concebido, segundo a perspectiva de Marx (1985, p. 104), como “um modo de produção específico, e não apenas tecnologicamente, que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais”. Neste modo de produção, entra em cena a subsunção real do trabalho no capital, que altera a relação entre capitalistas e trabalhadores livres, tornando central, no processo produtivo, a extração da mais-valia relativa através da exploração da força de trabalho alheio (MARX, 1985).

Logo, a transição capitalista atravessa a crise de Estado produzida entre 1888 com a abolição da escravidão e 1891 com a promulgação da carta constitucional, em que “a luta de classes no país levou a formação de um Estado burguês no Brasil” (SAES, 1990, p. 345). Neste processo, no que tange à abolição, em conformidade com Moura (1988), conservou-se a estrutura latifundiária-oligárquica e, com isso, ficou descartada a possibilidade de integração social, econômica e cultural daquelas grandes parcelas de força de trabalho liberadas que constituíram a massa de marginalizados, saída das senzalas.

Contudo, do ponto de vista superestrutural, as mudanças político-jurídicas sintetizadas na Constituição de 1891 foram fundamentais para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, sobretudo, no espaço rural, visto que “o direito burguês passou a entrar em contradição com as relações de produção pré-capitalistas vigentes na agricultura”. (SAES, 1990, p. 349).

Após este período, é possível identificar uma intensificação na transição capitalista com a mudança do modelo agroexportador para o modelo urbano industrial na década de 1930. Mudança que, do ponto de vista da questão agrária, conforme Stédile (2005), se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria que vai assumindo o comando da acumulação de capital.

Frente a este estágio mais avançado do capitalismo no Brasil, outros movimentos incidem diretamente no regime de acumulação de capital através da exploração da propriedade de terras que, além, de “funcionar como um mecanismo de reserva de valor, como forma de entesouramento da burguesia agrária brasileira” (GORENDER, 1994, p. 38), modernizou-se através do desenvolvimento dos complexos agroindustriais.

Sobretudo, é mister compreender esta transição capitalista como eminentemente contraditória, pois “o capital não expandiu de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo o canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar-camponês” (OLIVEIRA, 1994, p. 48.). Tal ponderação corrobora a tese de Gorender (1994, p. 34) ao compreender que, “na perspectiva capitalista, o desenvolvimento econômico do campo brasileiro, apresentará duas vias: a do latifúndio e a da exploração de caráter familiar-camponesa”.

Cabe salientar que o próprio latifúndio, conforme destacou Ianni (1979, p. 89), “combina diferentes modalidades de trabalhadores e organização social do trabalho”, conformando-se em um estabelecimento em que pode coexistir tanto a subsunção formal quanto real do trabalho ao capital. Nesta ótica, a subsunção formal significa “um domínio do

capital sem alteração ponderável de tecnologia precedente" (GORENDER, 1994, p. 38), ou seja, o aumento notório da quantidade de trabalhadores assalariados que, pela exploração de sua força de trabalho, permite a extração de mais-valia absoluta ao proprietário dos meios de produção.

Já a subsunção real significa o "processo de assentamento do capital agrário sobre uma técnica que lhe é adequada e lhe permite extrair do trabalhador somente a mais-valia relativa, forma de mais-valia que especificamente caracteriza o capitalismo." (GORENDER, 1994, p. 38). Porém, mesmo que, segundo Oliveira (1994), nos estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares encontra-se quase que o predomínio absoluto do trabalho assalariado, o latifúndio ainda pode incorporar formas pré-capitalistas de exploração da força de trabalho humana.

Também é importante salientar que, neste processo contraditório do desenvolvimento capitalista, operam outros movimentos para além da concentração da propriedade pela classe latifundiária, como fonte de acumulação de capital, o que se dá, principalmente após a incidência do capital monopolista no espaço rural brasileiro que, de acordo com Oliveira (1998), ora controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando sua produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação. Desse modo, um processo engendra o outro e, assim, desencadeiam a territorialização do capital monopolista e monopolização do território pelo capital monopolista.

No primeiro processo, por conta da industrialização da agricultura, o capitalista tornou-se também proprietário de terras, portanto latifundiário. Assim, "capitalista industrial, proprietário de terras e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma mesma empresa" (OLIVEIRA, 1998, p. 478). E, para produzir, utilizam o trabalho assalariado, assim sendo, o capital monopolista territorializa-se, dominando a produção. "Um exemplo desse processo de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são parte ou etapas de um mesmo processo" (OLIVEIRA, 1998, p. 478).

No segundo caso, o mecanismo pelo qual o capital monopolista estabelece seu processo de acumulação e reprodução é a monopolização dos territórios, como é o caso dos territórios dos modos de vida camponês. "O próprio capital cria as condições pra que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura, e na suinocultura, por exemplo)". (OLIVEIRA, 1998, p. 479).

Desta vez, capitalistas e proprietários de terras, são personagens distintas. Porém, "nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital". (OLIVEIRA, 1998, p. 479).

Assim, verifica-se que na medida em que o modo de produção capitalista assume a hegemonia através das relações de poder que impõe ao espaço rural brasileiro, a supremacia do latifúndio foi capaz de subordinar às demais formas de apropriação da terra, mantendo atual a questão agrária brasileira que, dentre suas conseqüências econômicas e sociais vem, por um lado, promovendo a acumulação de riquezas a partir da articulação entre renda territorial e extração de mais-valia, cujas expressões maiores são o latifúndio e o agronegócio. Por outro lado, aprofunda a expropriação dos trabalhadores rurais, sua proletarianização no campo ou na cidade, a subordinação de formas de propriedade baseadas no trabalho camponês ao capital monopolista, a expansão da pobreza e da miséria em suma.

Estes elementos demonstram a importância de compreender que a transição capitalista na formação espacial brasileira não foi capaz de superar a questão agrária. O que possibilita afirmar que a mesma é um problema estrutural deste modo de produção,

[...] é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração do poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração do poder criando um poder de concentrar, reproduzindo-se infinitamente. (FERNANDES, 2008, p. 43).

Além disso, evidencia a importância de refletir sobre esta temática do ponto de vista do bloco histórico, ou seja, a busca pelo “conjunto complexo e contraditório entre estrutura e superestruturas” (GRAMSCI, 1987, p. 52) para, desse modo, revelar as contradições vigentes na transição do capitalismo como modo de produção hegemônico no Brasil.

Ademais, esta articulação entre estrutura e superestrutura em torno da questão agrária e da transição capitalista possibilitou que se forjasse um bloco de poder<sup>1</sup> sobre o Estado brasileiro, composto pelas alianças entre grandes proprietários de terras (latifundiários) e capitalistas, fazendo-o em nível nacional e internacional, que ora se distinguem, ora se personificam como uma única classe. E, de forma antagônica, como produto de suas próprias injustiças, propiciou a emergência de diversas formas de resistência e luta por parte da multiplicidade de sujeitos que compõem a classe trabalhadora no meio rural e urbano.

### **A outra face da questão agrária: a luta pela terra e seus vínculos com o território**

As diversas formas de luta social e política empreendidas pelos trabalhadores rurais no Brasil podem ser sintetizadas na expressão luta pela terra. Estas lutas, ao longo do processo histórico da formação espacial brasileira, sofreram uma transformação, passando da luta pela propriedade em si à luta pela reforma agrária e pela transformação da sociedade capitalista.

Porém, apesar destas mudanças em sua forma de manifestação e seu projeto político, uma das características elementares da luta pela terra diz respeito ao seu papel como agente capaz de produzir novas dinâmicas territoriais. Esta condição fez-se presente desde a luta dos povos indígenas e dos escravos no período colonial, passando pelas lutas camponesas, como Canudos, o Contestado e o banditismo social no início da transição capitalista do final do período imperial ao nascimento da república oligárquico-burguesa, persistindo com as ligas camponesas e, *a posteriori*, com o sindicalismo rural durante a fase de subordinação da agricultura à indústria, permanecendo central na luta protagonizada pelo MST frente às contradições do capitalismo monopolista no espaço rural brasileiro.

Sobretudo, para compreender tal condição, é fundamental conceituar as premissas que norteiam a visão acerca do território. Dentre elas, são significativas duas contribuições oriundas do materialismo histórico-dialético. Como destaca Dematteis (2007), a primeira contribuição diz respeito a crítica da economia política que permite a extensão do conceito de fetichismo da mercadoria ao território. Para este geógrafo,

[...] este é o ponto de vista que nos impediu de tratar o território como um simples objeto material e, ao mesmo tempo, nos condiciona a compreender, como as relações sociais de produção, as interações sociais se estabelecem em diferentes escalas. (DEMATTEIS, 2007, p. 8).

Dessa forma, compreende-se que “o território, assim, resulte como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território”. (DEMATTEIS, 2007, p. 8).

A segunda contribuição importante introduzida pela teoria marxista, a ser, aqui, enfatizada, é a noção de conflito social: “para quem raciocina como Marx, isso está implícito e é inerente ao conflito de classe, no qual o território é mediador das relações sociais de

<sup>1</sup>Bloco de poder: diz respeito ao bloco social, ao conjunto de classes sociais que articulados exercem sua dominação sobre os Aparelhos de Estado e sua hegemonia na sociedade civil. Assim, o bloco de poder se forma no interior do bloco histórico, logo, estes dois conceitos estão articulados. De acordo com Macciocchi (1980, p.149) “Gramsci aplicou concretamente estes conceitos ao analisar na história italiana o processo de revolução burguesa, onde procurou definir o bloco constituído pelos industriais do norte e os proprietários de terra no sul para melhor compreender em estrutura do bloco de poder da burguesia”.

produção”. (DEMATTEIS, 2007, p. 9). Corroborando tais premissas, Oliveira (2004, p. 40) aborda o território como o “efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”.

Além destas ponderações, outro aspecto elementar refere-se à centralidade do poder na definição do território, visto que as relações sociais que substantivam o território são relações de poder. Assim sendo, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Logo, é possível compreender que “ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Alicerçado nestas considerações, é significativo relacioná-las com o movimento através do qual sociedade e espaço reproduzem-se para, assim, identificar como os diferentes agentes sociais se desterritorializam e reterritorializam. A desterritorialização expressa “o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção dos territórios”. (HAESBAERT, 2006, p. 127). Não obstante, frente os estágios mais avançados do capitalismo, o que muitos teóricos compreendem como desterritorialização é, segundo Haesbaert (2006),

a intensificação da territorialização no sentido de uma multiterritorialidade, um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais [...], em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial. (p. 32).

Ao trazer esta reflexão para o campo da luta protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as disputas territoriais nas quais tal movimento se insere, são produto da instabilidade do real vivido na organização e na mobilização deste movimento social, ao confrontar-se com o poder<sup>2</sup> exercido pelas classes sociais que detêm o latifúndio, assim como de suas relações com os aparelhos de Estado.

Um poder que é, pois, tanto econômico e político, tendo em vista que é assegurado pelas relações econômico-sociais que permitem as classes sociais, que exploram esta forma de propriedade, incidir sobre os aparelhos de Estado, “sendo o Estado, neste contexto, o centro do exercício do poder político” (POULANTZAS, 1977, p. 111), da mesma forma, tal poder, que emana da propriedade do latifúndio, também o é simbólico, visto que,

[...] as diferentes classes e frações de classe estão envolvidas em uma luta simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posição ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Além disso, tal poder também é exercido através das relações culturais que viabilizam a hegemonia de determinadas classes sociais na sociedade civil, sendo que suas múltiplas dimensões determinam o conteúdo da produção do espaço.

Diante deste campo de poder, uma das expressões das dinâmicas territoriais produzidas através da luta pela terra, no contexto do MST, é encontrada nos assentamentos rurais, pois, como concebe Fernandes (1996), o assentamento é uma fração de território conquistada na espacialização da luta pela terra.

Assim posto, com esta conquista, “inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10). Este novo período possibilita transformações nos

<sup>2</sup> O conceito de poder é empregado no sentido trabalhado por Poulantzas (1977), para quem o poder é inerente as relações entre as classes sociais, relações que são marcadas pelo conflito e que levam a dominação e subordinação. Onde o poder é concebido como “a capacidade de uma classe social de realizar seus interesses objetivos específicos” (POULANTZAS, 1977, p. 100).

territórios rurais dominados pelo poder dos agentes sociais de outrora, inserindo novas dinâmicas, reconstruindo os territórios sob novas bases.

## **Terra e poder: os fundamentos da questão agrária na formação espacial de São Gabriel-RS**

São Gabriel aparenta ser um pacato município localizado na área central da Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul - Campanha Gaúcha, possuindo uma área total de 5.019, 646 Km<sup>2</sup> e uma população de 60.425 mil habitantes (IBGE, 2010). Sua emancipação política ocorreu somente na segunda metade do século XIX, porém a busca pela história de sua formação espacial deve ser compreendida nos processos de conflitos e articulações entre as frentes de expansão colonial lusitana e hispânica para o sul do território brasileiro durante o século XVIII.

Nesta perspectiva, é possível identificar que um dos processos que marcaram o seu desenvolvimento foi à desestruturação das missões jesuíticas na porção centro-noroeste do atual território gaúcho, sobretudo no que diz respeito às guerras guaraníticas, visto que foi sob espaços, que, hoje, fazem parte de seu território, nas coxilhas do Caiboaté, localizadas nas proximidades do rio Vacacaí, que se desencadeou uma das batalhas mais marcantes da histórica resistência dos povos indígenas, no Rio Grande dos Sul, no contexto das diversas lutas que empreenderam contra a sua expulsão das missões jesuítas frente o Tratado de Madri, assinado pelos impérios lusitano e hispânico em 1750.

A denominada, conforme a historiografia, Batalha do Caiboaté de 1756 integra o auge das Guerras Guaraníticas e, em consonância com Kuhn (2003, p. 46), “foi travada logo após a morte de uma das principais lideranças indígenas, Sepé Tiaraju, e nela morreram cerca de 1.500 de índios”, que lutavam na defesa de uma fração do território, onde haviam construído suas raízes.

Tais elementos possibilitam levantar a tese de que, ao contrário do que sua aparência denota, a lógica de produção espacial em São Gabriel traz, na sua essência, inúmeras contradições, sendo a questão agrária uma das expressões fundamentais desse processo contraditório que se manifesta através das lutas sociais e políticas desenvolvidas pelos diferentes agentes sociais ao longo do movimento histórico.

Portanto, é necessário entender que a eclosão de novas lutas sociais e políticas, como as desencadeadas através da intervenção do MST, a partir de 2003, não representam um elemento estranho, mas um novo período viabilizado pelo desenvolvimento ulterior das próprias contradições vigentes na produção do espaço de São Gabriel, sobretudo no que tange ao processo de desigual apropriação de terras no seu espaço rural.

Neste contexto, o domínio da propriedade da terra engendra relações de poder, elementos que fundamentam a questão agrária na formação espacial de São Gabriel, em que o latifúndio consolidou-se como um território, a partir do qual se construiu uma territorialidade<sup>3</sup> hegemônica capaz de incidir não só na dinâmica do espaço rural, mas sobre toda a dinâmica espacial do município em pauta.

Esta hegemonia do latifúndio que lhe dá o sentido de território remonta as raízes históricas da formação do espaço rural da região da Campanha Gaúcha em que São Gabriel está inserido, posto que

[..] é na campanha gaúcha que se configura a maior concentração fundiária do estado, tornando-se efetivamente território do espaço latifundiário gaúcho, emergido a partir da doação de sesmarias para luso-brasileiros, objetivando a efetiva ocupação e preservação das fronteiras do Brasil meridional. (CHELOTTI, 2009, p. 84).

<sup>3</sup> A territorialidade é aqui empregada no sentido proposto por Raffestin (1993) enquanto multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade presente nas relações que estabelecem entre si e com a exterioridade.

Ainda que seja necessário considerar a existência de outras formas de apropriação desse espaço, como as pequenas propriedades de caráter camponês, como os dados a seguir revelam (figura 1).

**FIGURA 1 – Tabela da Estrutura Fundiária da Região da Campanha Gaúcha**

Estratos de área (há)	Campanha Ocidental		Campanha Central		Campanha Meridional	
	Total de Imóveis	Área Total (há)	Total de Imóveis	Área Total (há)	Total de Imóveis	Área Total (há)
< de 1	75	43,8	45	24,8	47	27,9
1 a < de 2	178	251,0	163	224,0	95	136,0
2 a < de 5	1.317	4.347,0	709	2.393,3	600	1.999,6
5 a < de 10	1.568	11.437,2	971	7.054,1	736	5.451,1
10 a < de 25	2.916	51.088,7	1.779	30.123,6	1.205	23.939,3
25 < de 50	2.290	84.754,6	1.305	47.790,0	1.432	39.088,0
50 a < de 100	2.065	161.052,2	1.170	94.536,5	904	65.628,6
100 a < de 200	1.462	211.445,5	818	119.311,0	673	96.057,9
200 a < de 500	1.457	474.834,5	746	224.203,2	676	222.238,0
500 a < de 1000	651	463.830,6	356	256.809,2	339	247.66,4
1000 a < de 2000	259	387.663,7	147	205.486,6	141	199.308,7
2000 a < de 5000	109	334.616,3	49	142.100,8	63	107.138,6
5000 a < de 100000	16	111.6333,9	11	725.111,00	2	10.237,9
10000 a < de 200000	0	0	1	13.438,2	0	0

**Fonte:** INCRA, (2003). **Org.:** AUTOR, 2009.

Verifica-se assim, que mais de 60% das propriedades rurais da região da Campanha são constituídas de pequenas unidades de produção. Entretanto, estas ocupam menos de 15% do espaço regional. A presença de pequenos proprietários na região da Campanha, não é algo recente, consoante Chelotti (2009), reportando-se aos diversos processos sociais, tanto no período colonial como nos séculos XIX e XX, que possibilitaram a presença desses pequenos proprietários situados no entorno do espaço latifundiário. Alguns surgiram pela divisão das estâncias em função de heranças, outros eram agregados. Contudo, não chegaram a se constituir em um estrato social com uma identidade cultural distinta, dado que ocorre, por exemplo, no processo de colonização do norte do estado.

Sob tal perspectiva, ao abordar-se a produção deste espaço rural do ponto de vista do bloco histórico, pode-se revelar como o latifúndio, pelas relações de poder que lhe dão sentido, constitui-se em um território através do qual a classe latifundiária produz uma territorialidade hegemônica, exercida tanto pelo sistema de produção, quanto pelas superestruturas político-ideológicas e culturais mediante as relações de poder.

Tomando esta questão como premissa, identifica-se que uma distinção nesta forma de exploração da terra associa-se à incorporação da atividade pecuária, assim o latifúndio, na região da Campanha, guarda o poder da atividade pastoril. Desse modo, é possível compreender que

[...] a estância, propriedade latifundiária típica da chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul encerra em si dois momentos essenciais: mais do que uma unidade de produção que produz bens econômicos – o gado de corte criado extensivamente – constitui também um concepção de mundo que perpassa as demais classes sociais. (FONSECA, 1994, p. 6).

Seguindo a concepção gramsciana do conceito de hegemonia, Fonseca (1994) pondera que, para além da dominação econômica, a classe latifundiária impõe-se pelo

consenso que obtém das demais classes sociais, não só quanto ao seu sistema de produção, mas quanto a sua ideologia, a sua visão de mundo.

Por conseguinte, no processo de luta pela hegemonia, ocorre a formação de uma superestrutura, isto é, “da ideologia do latifundiário e de suas variadas formas de difusão, que é reproduzida acriticamente pelas classes subalternas ou auxiliares” (FONSECA, 1994, p14). Daí o poder que esta classe concentra, pois a sua concepção do mundo permeia toda sociedade e, portanto, incide diretamente na produção do espaço, que é seu *locus* de reprodução. Sendo assim, como afirma Fonseca (1994, p. 93), “ser pecuarista é condição que mesmo elementos ligados a atividades urbanas desejam, sejam bancários, comerciantes, prestadores de serviços ou profissionais liberais”.

Este poder do latifundiário regional na sociedade civil, que é tanto econômico quanto ideológico, pode ser compreendido como poder simbólico, ou seja,

[...] o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). (BOURDIEU, 1998, p. 14).

E, assim concebido, dá sustentação ao seu poder político intrínseco na disputa pela dominação sobre os aparelhos de Estado.

No que tange a esta dimensão do poder, suas origens foram constituídas a partir do século XIX, no seio do sistema político coronelista que, para Axt (2007), consiste na formação de oligarquias regionais que preservam esquemas informais de poder, encharcados de patrimonialismo e mandatismo. Já, frente à transição capitalista, a articulação entre burguesia e latifundiários formou um bloco de poder que permite a classe latifundiária continuar exercendo grande influência sobre os aparelhos de Estado.

Esta articulação entre o poder econômico, político e simbólico, que produz a territorialidade do latifúndio, busca novas estratégias para a reprodução de sua hegemonia frente aos estágios mais avançados do capitalismo. Neste contexto, segundo Chelotti (2009), com a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul, emergem novos atores sociais, os empresários rurais, não necessariamente proprietários de terra, mas que vislumbram, nela, uma fonte de produção de riqueza, espaço de geração de lucros e acumulação.

Ocorre, como corolário, a expansão da lavoura empresarial, principalmente do arroz irrigado, e, em menor escala, de soja e de trigo para região da Campanha, através da exploração de terras vinculadas historicamente à pecuária tradicional, mediante o mecanismo do arrendamento capitalista. Assim,

[...] a Campanha Gaúcha, que historicamente possuía sua base econômica na atividade latifundiária pastoril, inseriu-se em um novo padrão de exploração do solo, ou seja, a agricultura capitalista, sustentada basicamente pela orizicultura. Mas, é importante deixar bem claro que esta nova reestruturação econômica não foi capaz de desestruturar o espaço latifundiário, pelo contrário, o pecuarista usufruiu sua condição de proprietário para arrendá-la. (CHELOTTI, 2009, p. 96).

Este processo revela o mecanismo do arrendamento capitalista como uma estratégia de reprodução da territorialidade latifundiária, com vistas à manutenção de seu poder, reconstruída em novas bases, visto que ocorre a associação da pecuária de corte à lavoura capitalista e estas atividades produtivas começam a dividir espaços compondo uma nova forma de exploração da terra. No entanto, esta nova dinâmica não alterou a estrutura fundiária da região, que se mantém no quadro da antiga estrutura de grandes propriedades, mantendo o poder dos latifundiários.

Cabe ainda salientar que o capitalismo, sobretudo a partir de sua fase monopolista, viabilizou outras formas de reprodução da territorialidade do latifúndio, fazendo-o pela

aquisição de terras por grupos empresariais de outras regiões ou até mesmo estrangeiros. O que reflete como os instrumentos de acumulação de capital, neste período em que “a concorrência, cede inevitavelmente lugar ao monopólio via a concentração e centralização do capital” (SWEEZY, 1977, p. 47) manifestam-se na produção do espaço rural da região.

Por tais motivos, argumenta Chelotti (2009), muitas propriedades rurais estão nas mãos de pessoas que não residem na região, apenas desenvolvem atividades produtivas diversas como é o caso da criação de cavalos crioulos, gado de leite, assim como da plantação de uvas finas e da silvicultura.

Tais contradições estão presentes na formação espacial de São Gabriel, na medida em que seu desenvolvimento está relacionado ao convívio entre a atividade pecuária e a lavoura capitalizada. A tradição destas atividades é registrada pela presença de aproximadamente 580 mil cabeças entre os rebanhos bovinos de corte e leite, além de aves, suínos, caprinos e equinos. Dentre a produção agrícola, destacam-se as lavouras de soja ocupando 40 mil hectares, arroz com 30 mil hectares e milho com dois mil hectares. (IBGE, 2010).

Frente aos novos mecanismos estabelecidos para reprodução da territorialidade do latifúndio, como a especulação financeira e os projetos dos grupos multinacionais para a região da Campanha Gaúcha, a inserção, em São Gabriel, também é visível, sobretudo com a compra de grandes áreas destinadas à produção de celulose, como foi possível observar através dos trabalhos de campo no desenvolvimento desta pesquisa.

Diante destes processos, os marcos da questão agrária, em São Gabriel, expressam-se em uma estrutura fundiária altamente concentrada, uma desigual distribuição de renda, que resultam em uma taxa de incidência de pobreza de cerca de 30% de acordo com o IBGE (2010). Neste contexto, formou-se, em seu território, um dos maiores latifúndios da região da Campanha Gaúcha, cuja área total, compreendendo diversas estâncias, era de aproximadamente 13.400 hectares segundo o levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2003, e que pertencia à Família Southall. A referida área, para os fins deste estudo, foi denominada Latifúndio Southall, tanto pela sua extensão, quanto pela sua improdutividade conforme a vistoria realizada pelo INCRA.

## **Do latifúndio ao novo território: o processo de formação do Assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel- RS**

Diante desta configuração da questão agrária em São Gabriel, a partir de 2003, o MST passou a protagonizar a luta pela desapropriação do Latifúndio Southall e, após um longo processo, conseguiu tensionar o aparelho de Estado e a sociedade civil para a discussão em torno do tema. Esse fato gerou uma crise de hegemonia<sup>4</sup> no bloco de poder em São Gabriel e um acúmulo de forças que culminou na formação do assentamento rural Conquista do Caiboaté sobre a parcela de terras desapropriadas do Latifúndio Southall.

Não obstante, esta metamorfose no território foi possibilitada por uma série de elementos que circunscrevem o campo de poder, no qual se desenvolveu a luta pela terra

---

<sup>4</sup> Crise de hegemonia: corresponde ao processo que Gramsci (1968, p. 55) denomina de “crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou por que a classe dirigente faliu em determinado empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas, ou porque amplas massas passaram de repente da passividade política a certa atividade e assim apresentaram reivindicações”. Salienta-se ainda, que Gramsci analisou este processo no âmbito global da formação econômico-social italiana, entretanto considera-se que também é possível desenvolver a concepção a cerca da crise de hegemonia em processos que ocorrem no interior das diferentes formações econômico-sociais, como no caso em questão. Também, como afirma Coutinho (1992, p. 93-94) “o critério central para a decisão da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, e de envolver as grandes massas na solução de seus problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições”.

em torno da questão agrária de São Gabriel. Por isso, é mister compreender que, na implementação de assentamentos rurais,

[...] operam de maneira decisiva, as estratégias políticas adotadas pelas várias agências de mediação, envolvidas neste *campo de lutas* configurado pela reforma agrária, tais como: o MST, os órgãos dos governos federal, estadual e municipal (MDA, INCRA, Cera's, secretarias estaduais e municipais etc.). (DA ROS, 2002, p. 39).

Assim posto, é significativo considerar a atuação dos diversos agentes sociais envolvidos na dinâmica disputa territorial pela manutenção/transformação da fração de território que representa o latifúndio Southall.

Outro aspecto relevante vincula-se à compreensão de que a luta pela terra empreendida pelo MST, segundo a perspectiva de Fernandes (1996), desenvolve-se pela construção de um espaço de socialização política que é multidimensional, ou seja, um espaço que é comunicativo, interativo e de luta e resistência. Nesta construção, o Movimento espacializa-se pela sua práxis social, sendo que, através desta espacialização da luta pela terra, “os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território, e dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST”. (FERNANDES, 1996, p. 136).

O primeiro aspecto que se ressaltou no processo em questão, diz respeito à conjuntura política nacional do período, pois, em 2003, com a ascensão do Governo de Lula, a questão agrária ganhou novos contornos, sobretudo, pela formulação de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o segundo da história do país, que previa, dentre outras políticas, o assentamento de um milhão e oitocentas mil famílias sem terra.

Porém, o Governo Lula, por guardar múltiplas contradições, ao mesmo tempo em que sinalizou avanços no que tange à reforma agrária no país, manteve alianças com setores conservadores. Fernandes (2004) registra esta contradição ao apontar que “[...] os ruralistas participaram das indicações de nomes para o Ministério da Agricultura, garantindo dessa forma a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária implementado pelos governos militares”. (p. 287).

Diante das tensões proporcionadas pela política formulada pelo INCRA, MDA e movimentos sociais, cuja síntese foi o novo PNRA, o INCRA realizou uma vistoria no Latifúndio Southall e, após, a sistematização de seus resultados considerou-o improdutivo. Assim, Governo Federal publicou, em maio de 2003, no Diário Oficial da União, o decreto que declarava o interesse social para a Reforma Agrária dos 13.400 hectares do Latifúndio Southall, dando condições para o INCRA ajuizar a ação de desapropriação das terras.

Porém, este processo necessitou percorrer um longo caminho para a sua efetivação. Um dos passos para sua concretização relacionava-se à aprovação pelo Supremo Tribunal Federal (STF). E foi no momento em que se iniciavam as discussões para o julgamento do caso Southall no STF, o MST intensificou suas ações e decidiu organizar a Marcha Sepé Tiarajú em direção a São Gabriel. De acordo com Görgen (2004), essa marcha seria uma forma de dialogar com a população e demonstrar à sociedade, aos governos e ao Poder Judiciário a necessidade da Reforma Agrária e a “aberração” que se constituía o latifúndio. A marcha teve seu início no dia 10 junho de 2003, no município de Pântano Grande, reunindo acampamentos do MST de Arroio dos Ratos, Pântano Grande, Capão do Leão, Santana do Livramento e Julio de Castilhos, que totalizavam aproximadamente oitocentas famílias que, lentamente, deslocaram-se pela BR- 290 rumo a cidade de São Gabriel. O nome Sepé Tiarajú foi atribuído pela simbologia que o herói guarani, assassinado em 1756, nas terras que, hoje, fazem parte do município de São Gabriel, adquiriu no contexto da luta pela terra.

Paralelamente, acontecia a reação. Grandes proprietários organizaram uma Contra-Marcha em defesa da propriedade, que tinha por objetivo impedir a chegada do MST na cidade, destacando-se, neste movimento, segundo Görgen (2004), a atuação do poder

executivo de São Gabriel, além da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e diversos sindicatos rurais patronais como o Sindicato Rural de São Gabriel.

Apesar das tensões para o fim da Marcha do MST, Görgen (2004) demonstra como ela ganhou cada vez mais força. Outros movimentos sociais, sindicais e instituições que defendem a reforma agrária passaram a acompanhá-la. Dentre estes é possível citar a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros. E, nas cidades por onde passou, a marcha desenvolveu várias ações, desde manifestações públicas até o diálogo no cotidiano das comunidades, incluindo escolas e bairros das periferias, buscando demonstrar os objetivos de sua luta.

Porém, mesmo com a pressão da sociedade civil, o Supremo Tribunal Federal foi contrário à vistoria realizada pelo INCRA que considerou as terras do Latifúndio Southall improdutivas e de interesse social para reforma agrária, alegando problemas no que concerne à notificação do processo de vistoria realizada pelo órgão.

Mesmo assim, o MST conseguiu levar adiante a marcha e chegar até as proximidades de São Gabriel, onde encontrou abrigo em uma pequena propriedade cedida por uma família residente no município. Neste local, foi formado o primeiro acampamento nas proximidades de São Gabriel, denominado Sepé Tiarajú, com o objetivo de continuar a luta pela desapropriação da fazenda Southall e levar ao conjunto da sociedade a necessidade da reforma agrária.

Segundo os relatos de história de vida dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, este acampamento permaneceu no local por aproximadamente três meses e, logo depois, deslocou-se para a rodovia RS - 630, na localidade de Bar da Lagoa, onde se manteve por mais três meses. Após este período de resistência, os acampados de São Gabriel foram contribuir em outra luta que estava ocorrendo em Santana do Livramento, município que também compõe a região da Campanha Gaúcha.

A questão permaneceu latente para o MST, mas somente, no ano de 2006, o movimento conseguiu retomar efetivamente a luta em São Gabriel. Naquele momento, a luta desenvolveu-se em uma conjuntura marcada pela expansão das compras de terras pelos grupos multinacionais na região da Campanha Gaúcha e, em São Gabriel, para a produção de celulose, com vistas a viabilizar os projetos de florestamento, destinados ao setor da indústria papeleira. O que revela a disputa de territórios, entre diferentes modelos de desenvolvimento que circunscrevem a questão agrária.

Neste contexto, a Marcha Sepé Tiarajú foi reorganizada, partindo de Santana do Livramento em direção a São Gabriel. O MST, na ocasião, conseguiu entrar no município e reorganizar o Acampamento Sepé Tiarajú, situado na localidade de Chácara das Flores, no interior do município, em uma propriedade de um posseiro, nas margens da antiga Rede Ferroviária Federal (RFF), pertencente a América Latina Logística S. A. (ALL).

Com o acampamento reorganizado, o movimento espacializou sua luta sobre São Gabriel, realizou visitas nas comunidades e espaços públicos, diálogos com a população, buscou contrapor os possíveis impactos de dois projetos de desenvolvimento distintos: o projeto representado pelas empresas multinacionais para o município e região *versus* a possibilidade da reforma agrária como alternativa a este modelo de desenvolvimento.

No início de 2007, o MST protagonizou outra ação estratégica para o processo de desapropriação do Latifúndio Southall, com a organização da marcha em direção a Coqueiros do Sul, município da metade norte do Rio Grande do Sul, onde está localizada a Fazenda Guerra, buscando pressionar o poder público pela desapropriação de duas grandes propriedades, que eram as fazendas Southall e Guerra.

A importância deste processo de luta reside fundamentalmente no compromisso firmado entre o Ministério Público Federal e Estadual, o INCRA e o MST, através da assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que previa o assentamento de duas mil famílias até o início de 2008.

Porém, frente à morosidade no cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, já em meados de 2008, o MST realizou a primeira ocupação do Latifúndio Southall. Após a ocupação e muitos momentos de tensão, o governo (representado pelo INCRA) propôs um

acordo que previa o cumprimento do TAC, efetivada a desocupação da área e o deslocamento das famílias para a localidade de São Gabriel, denominada Suspiro, onde se encontrava outra grande propriedade que compõe os territórios do latifúndio em São Gabriel, a Fazenda São Paulo II.

Assim, alguns militantes do MST retornaram para o acampamento base, e outros partiram em direção ao referido latifúndio que foi ocupado por mais de sessenta dias. Entre os meses de julho e agosto de 2008, ocorreu a desapropriação, dando origem ao assentamento União pela Terra que atualmente, abriga 25 famílias assentadas. Este foi o marco da primeira transformação no território do latifúndio em São Gabriel. A partir de então, o processo de desapropriação da fazenda Southall será retomado pelo INCRA.

Naquele momento, o proprietário das terras encontrava-se profundamente endividado com a União e com setores privados, sendo que, segundo os registros de Görgen (2004), estas dívidas ultrapassam a casa dos 37 milhões de reais. Também suas terras encontram-se parcialmente arrendadas, como estratégia para não serem mais consideradas improdutivas pelo INCRA. Acrescente-se ainda que, diante da expansão das compras de terras pelos grupos multinacionais em São Gabriel, o Latifúndio Southall era uma das áreas disputadas por este projeto de desenvolvimento.

Este fator, aliado ao acúmulo de forças possibilitado pela espacialização da luta protagonizada pelo MST, constituem os elementos da crise de hegemonia que a classe latifundiária e seus aliados passaram a enfrentar em São Gabriel.

Diante deste cenário, o INCRA retomou sua intervenção no processo. As classes dominantes frente à crise de hegemonia não possuíram força suficiente para resistir às mudanças no território e, após muitas negociações, parte do Latifúndio Southall foi desapropriado, mediante a eliminação das dívidas do proprietário com a União e o pagamento na forma de indenização para que suas terras fossem destinadas à reforma agrária.

A área desapropriada compreende uma de suas antigas estâncias, a Estância do Céu, localizada a aproximadamente 15 km do perímetro urbano de São Gabriel, com cerca de quatro mil hectares. As famílias acampadas novamente se deslocaram-se para a sede da Estância do Céu e lá permaneceram até a entrega da área para a formação do novo assentamento. A área foi entregue em 18 de dezembro de 2008, em conjunto com outras terras desapropriadas na região.

Assim, a antiga Estância do Céu, latifúndio improdutivo, aos poucos vai se reconstruindo em território do assentamento denominado pelo MST de Conquista do Caiboaté, onde, atualmente, se encontram 225 famílias assentadas que ocupam lotes de aproximadamente 12 a 15 hectares.

## **Expressões de um processo em curso**

No processo de formação do Assentamento Conquista do Caiboaté, é possível identificar as expressões das múltiplas dimensões que permitem a reconstrução do território sob novas bases. Tal preceito dá-se, de forma especial, ao se compreender que “o significado dos assentamentos para os trabalhadores sem terra, é a reterritorialização” (BUTH, 2006, p. 161), ou seja, o assentamento rural possibilita aos agentes sociais, que foram desterritorializados pela exploração capitalista, o retorno ao campo para uns, ou a descoberta para outros e, neste contexto, será produzida uma nova territorialidade.

Portanto, na medida em que as relações de poder oriundas do latifúndio são desterritorializadas, emergem novas relações sociais, marcadas pela organização coletiva, pela solidariedade, pelo enfrentamento com a exterioridade, elementos que expressam a construção desta nova territorialidade. Nesta ótica, no assentamento Conquista do Caiboaté, suas expressões são encontradas na organização do assentamento, que está dividido em três comunidades, que formam treze núcleos de base do MST. Cada comunidade possui uma coordenação, composta pelos coordenadores dos núcleos e setores (produção, educação, finanças e segurança) do assentamento. As coordenações das três

comunidades formam a Coordenação Geral do assentamento que se reúne uma vez por mês para discutir as questões estratégicas do mesmo.

Neste cenário, espaços que, anteriormente, se encontravam abandonados, adquirem novas funções, como é o caso da antiga sede da Estância do Céu, que passou a ser utilizada como espaço de socialização política dos assentamentos e do MST, onde são realizadas reuniões e encontros pelos membros desta coletividade.

Estas novas relações sociais que, em última instância, significam novas relações de poder, proporcionam uma nova forma de apropriação do espaço também na dimensão produtiva, visto que, organizados em pequenos lotes, os assentados começam a formar grupos de produção e, mesmo com grandes dificuldades, como a ausência de políticas públicas, os debates acerca das linhas estratégicas de desenvolvimento no assentamento, como a produção de sementes, a produção de hortaliças e fruticultura, a produção de leite e o cultivo do arroz orgânico, já estão em prática em alguns lotes.

Outro aspecto relevante neste processo vincula-se à dimensão simbólico-cultural presente na reterritorialização dos sujeitos. Neste ponto, para além da identidade de sem terra, forjada no contexto da luta, o MST buscou resgatar a luta dos povos oprimidos contra a exploração vigente no território brasileiro, como foi o caso dos povos guaranis na resistência imposta ao domínio dos impérios português e espanhol, durante o século XVIII no Rio Grande do Sul. Como decorrência desta percepção, atribuiu-se ao assentamento em questão o nome Conquista do Caiboaté, no sentido de rememorar a batalha nas coxilhas do Caiboaté no período das Guerras Guaraníticas. Tal denominação demonstra mais uma das múltiplas dimensões da luta pela terra, como a busca pela auto-determinação dos povos e o resgate dos símbolos constituídos na sua trajetória.

Articulada a esta visão de mundo, os assentados também passam a construir de maneira mais contundente a sua identidade e a cultura camponesa, viabilizada pelas relações sociais estabelecidas entre eles, pelas relações de produção que começam a desenvolver, arraigada nos vínculos familiares e menos individualizada, tanto quanto pelas relações simbólicas e culturais que constroem junto ao ambiente onde foram reterritorializados, o campo, quanto pela organização política que desenvolvem para enfrentar as contradições do modo de produção capitalista. Dessa maneira, a formação do assentamento Conquista do Caiboaté reterritorializa também os seus saberes, a sua cultura e a sua identidade.

## **Considerações Finais**

As diversas formas de apropriação do espaço através das relações de poder possibilitam a identificação de distintos territórios. Contudo, tais territórios não podem ser concebidos como elementos estáveis e estáticos, pois se fundamentam no movimento contraditório de produção e reprodução da vida em sociedade, no contexto do modo de produção capitalista.

Assim, a ação dos movimentos sociais como o MST, se insere em uma dinâmica na qual a luta pela terra, constitui uma das expressões da disputa territorial em que se circunscreve a questão agrária brasileira. No curso dessas disputas, na medida em que os agentes desse movimento social se apropriam de espaços que outrora foram dominados por outros grupos e classes sociais, suas dinâmicas propiciam transformações territoriais nos espaços onde atuam. Uma das expressões desse processo encontra-se na formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel-RS.

Porém, ainda é necessário aprofundar as investigações no sentido de desvelar, como no curso das dinâmicas territoriais vigentes São Gabriel, a formação deste assentamento e as diversas formas de manifestação construídas pelo MST, enquanto um dos agentes sociais produtores do espaço, impactam e transformam a dinâmica global da produção do espaço no município.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, M. C. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

AXT, G. Coronelismo Indomável: O sistema de Relações de Poder. In: REKZIEGEL, A. L.; AXT, G. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BERGAMASCO; S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU. P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTH, F. A reconstrução dos territórios a partir dos assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **Campo – Território: revista de geografia agrária**. v. 1, n. 2, p. 152-172, 2006.

CHELOTTI, M. C. **A instância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2009.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA. R. L. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DA ROS, C. A. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. **CPDA Ruralidades**. n. 4, 2002.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Vinte anos de MST e a perspectiva de reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI: território de vida, luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, C. A. dos. (org.). **Por uma educação do campo**. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J.P. (org.) et al. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

GÖRGEN, S. A. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAMSCI. A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- \_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.
- INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais: Estrutura fundiária da Região da Campanha Gaúcha**. Brasília, 2003.
- KUHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- MACCIOCHI, M. A. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata**. São Paulo: Editora Moraes, 1985. P. 87-108.
- \_\_\_\_\_. Prefácio a Crítica da economia política. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Victor Civita, 1982.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- \_\_\_\_\_. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S (org.) et al. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M (org.). **O campo no século XXI: território de vida, luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.
- PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática: 1993.
- SAES, D. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- STÉDILE, J. P. Introdução. In: STÉDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005.

SUZUKI, J. Questão Agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: ARROYO, M.; LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L. (org.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006.

SWEEZY, P. M. **Capitalismo Moderno**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.